

INTERAÇÃO ESCOLA E FAMÍLIA MEDIADA PELA GESTÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO

Ana Paula Oliveira Rescia¹

João Augusto Gentilini²

RESUMO

O Brasil apresenta um contexto socioeconômico e político regido pelo sistema capitalista, engendrado por políticas neoliberais e pela globalização da economia que se refletem nas políticas públicas de atendimento às áreas social e educacional. O Estado é insuficiente para atender, com qualidade e quantidade, às necessidades educacionais da população, exigindo a criação de mecanismos institucionais que estimulem a participação dos atores sociais envolvidos com a educação. Nesse aspecto, a escola pode ter a sua gestão como meio facilitador para a transformação da realidade educacional, através do incentivo e do desenvolvimento de uma prática democrática e participativa. Este trabalho é resultado de uma pesquisa de Mestrado que investigou o processo de interação escola e família mediado pela gestão escolar sob uma perspectiva democrática e participativa através de estudo de caso numa escola pública, de ensino fundamental, da Rede de Ensino do Estado de São Paulo, localizada na cidade de Bauru – SP.

INTRODUÇÃO

O desafio de transformar a escola num espaço onde se vivencia a plenitude da democracia implica a construção de uma política pública que contemple a participação efetiva dos diversos atores sociais do universo escolar, na formulação e na implementação da gestão democrática. Mas não se pode pretender que a união em torno da democracia dentro das unidades escolares elimine conflitos ou divergências; eles são parte intrínseca dessa construção e devem ser enfrentados.

A democracia se expressa como valor e como processo. Ou seja, de um lado, afirma ideais, intenções e desejos (aquilo que se quer) de outro, requer formas de manifestação que a concretizem (aquilo que se pratica). Uma sociedade não é democrática pela simples afirmação de valores mas, também e, sobretudo, pela construção e prática cotidiana dos mesmos, ou seja pelos processos que os instauram e reafirmam (VIEIRA, 2002).

A luta pela cidadania, pelo legítimo, pelos direitos, é o espaço pedagógico onde se dá o verdadeiro processo de formação e constituição do cidadão. A educação não é uma pré-condição da democracia e da participação, mas é parte, fruto e expressão do processo de sua

¹ UNESP – FCL anapaularescia@yahoo.com.br

² UNESP – FCL jagentilini@bol.com.br

constituição, independentemente do modelo econômico vigente no país (BUFFA; ARROYO e NOSELLA, 1993).

A conquista da cidadania requer um esforço dos educadores em estimular instâncias e práticas de participação popular. A participação da comunidade possibilita à população o conhecimento e a avaliação dos serviços oferecidos e a intervenção organizada na vida da escola podendo influenciar na democratização da gestão e na melhoria da qualidade de ensino (LIBÂNEO, 2001).

As instituições escolares vêm sendo pressionadas a repensar seu papel diante das transformações que caracterizam o acelerado processo de integração e reestruturação capitalista mundial e considerando as conseqüências prejudiciais às políticas sociais decorrentes delas, pois com a globalização iniciou-se um curso de mudanças na economia expressas em novas formas de produção baseadas no capitalismo financeiro.

Os problemas de ordem ético-políticos, sociais e econômicos decorrentes do modelo econômico vigente, tendem a influenciar e, por inúmeras vezes, dificultar a possibilidade de um novo agir no cotidiano escolar, uma vez que as incertezas socioeconômicas em nível macrossocial dificultam as inovações educacionais, no sentido da participação política dos atores sociais e na busca da transformação do cotidiano escolar.

Falar em inovações educacionais geralmente nos remete pensar em mudanças de ordem macrossocial, porém não seria essa a única saída para a busca da transformação do cotidiano escolar. É necessário pensar sobre mudanças de atitudes, sobre o pensar e o fazer profissional, ou seja, criar possibilidades de se desvendar e de se romper com o que está estabelecido, criando-se canais abertos para a reflexão, diálogo e participação na tomada de decisão de todos os atores sociais envolvidos com a escola.

O processo de organização escolar pode ter a gestão escolar como um fator facilitador para a transformação da realidade educacional, através do incentivo para o desenvolvimento de uma gestão democrática e participativa, visando ultrapassar e/ou minimizar os fenômenos socioeducativos que surgem no ambiente escolar e são causadores de conflitos e resistências às inovações.

Para Schneckenberg (2000, p.120) “[...] entende-se gestão escolar democrática como partilha do poder e participação no processo de tomada de decisão que diz respeito aos objetivos da escola e às formas de alcançá-los”.

A gestão escolar tem na relação escola e família, na busca de formas de interação mais efetivas entre elas, um importante instrumento de inovação educacional, desde que utilizado numa perspectiva democrática. Esta relação, entretanto, pode ser analisada sob múltiplas visões.

O processo de relação escola e família, dada a sua importância, precisa ser analisada numa perspectiva democrática, para que haja implementação da cultura de parceria construtiva entre essas duas instituições.

Discutimos, portanto, com a pesquisa realizada, o suposto êxito no processo de interação escola e família, apresentado pela Escola Antonio Guedes de Azevedo, localizada na cidade de Bauru – SP e tivemos como questionamento a seguinte preposição: a gestão escolar pode contribuir para o processo de interação escola e família, propiciando condições para uma gestão escolar democrática e colaborando para a qualidade de ensino ou existem outras variáveis que interferem nesses processos?

DESENVOLVIMENTO

A participação é uma necessidade humana, inerente à natureza social da pessoa; é a partir dela que se obtém instrumentos necessários para a transformação da realidade de uma sociedade.

Segundo Godoy (1999), a escola constitui-se no *locus* inicial de construção da sociedade e da cidadania; devendo incentivar a participação de todos os que estão envolvidos em sua construção permanente, visando a aprendizagem e o exercício da democracia, visando a transformação social e a superação das desigualdades e favorecendo, principalmente, a formação da cidadania.

Segundo Marshall (1967) falar em cidadania remete à reflexão sobre os direitos civis, direitos sociais e direitos políticos, sendo que esses termos só são entendidos separadamente para efeitos de análise, pois para que esses direitos sejam atendidos efetivamente precisam estar reciprocamente ligados.

Sem a pretensão de minimizar os seus objetivos mais amplos, tem-se de forma simplificada que os direitos civis estão basicamente relacionados ao direito de locomoção e de liberdade individual e de expressão. Já os direitos sociais estão relacionados ao atendimento das necessidades básicas do ser humano.

Os direitos políticos se referem à deliberação do homem sobre sua vida, sobre os direitos civis e sociais e, não menos importante, à convivência com outros homens em organismos de representação direta, como sindicatos, movimentos sociais e escola, por exemplos.

Assim, a participação pode estabelecer familiaridade com a luta política democrática, sendo importante o seu desenvolvimento no cotidiano educacional, pois a participação efetiva e ativa dos diferentes agentes sociais e educativos - entre eles pais/ família - na tomada de

decisões, contribui para a reflexão sobre a questão de também serem atores responsáveis pela história que se faz no âmbito escolar e no âmbito da sociedade.

As instituições família e escola constituem-se em ambientes necessários para a vida da criança, podendo buscar melhores condições de comunicação e de entendimento na interação entre si, como forma de contribuição e de co-responsabilidade pelo desenvolvimento social do aluno e da gestão escolar.

Com a diversificação dos espaços educacionais, tendo em vista as demandas desencadeadas pela realidade socioeconômica do país e do mundo, não será mais possível trabalhar com um universo restrito de pessoas no processo de tomada de decisões, no âmbito escolar.

Somente com estruturas gestoras fortalecidas, as escolas podem consolidar princípios, métodos, práticas e relações de gestão tanto eficientes como democráticas. Esse fortalecimento possibilita uma nova relação de poder dentro das unidades escolares, sendo essencial para a construção de um projeto escolar comprometido com a qualidade de ensino e com a formação do cidadão.

O papel da família é importante e relevante no cenário educacional, porém não pode haver a retirada do Estado de suas responsabilidades com a educação enquanto uma política pública de direito dos cidadãos, ficando o Estado em posição subsidiária à família.

Na realidade educacional e, mais especificamente, no cotidiano escolar, a interação entre escola e família pode ocorrer de forma eficiente se houver uma comunicação ampla, onde a relação estabelecida entre gestores, professores e pais, por exemplo, seja realizada num plano que vise relações horizontais.

A comunicação poderá, assim, contribuir para o estabelecimento de um processo de mobilização e, por conseguinte, a uma participação mais efetiva, favorecendo o processo de ensino e aprendizagem e colaborando como um dos fatores para uma educação de qualidade.

Falar em qualidade de ensino remete ao pensamento sobre os parâmetros e indicadores que serão analisados, no interior das instituições escolares, como norteadores para se verificar o resultado daquilo que se propôs a efetuar.

Às questões inerentes acerca da qualidade de ensino prepondera também a necessidade da conscientização política dos cidadãos para uma educação que seja, efetivamente, de qualidade (PARO, 2000).

Numa gestão de qualidade, com o envolvimento da comunidade, o espaço de participação se efetiva na mobilização não só nos setores administrativos mas, principalmente, com a família e sua atuação em âmbito escolar.

De acordo com Zago (1998) o termo família, apesar de genérico, designa uma instituição que se define de acordo com suas formas de organização e que são diferenciadas nas suas finalidades e funções. A família é uma instituição, cuja dinâmica é construída social e historicamente e que se transforma no decorrer do tempo.

Atualmente, a constituição familiar, configura inúmeros arranjos em suas relações, porém sem a definição de um modelo ou padrão único e ideal de família. Como exemplos de arranjos familiares têm: nuclear, monoparental, patriarcal, matrifocal, recomposta, desajustada, poligâmica, extensas, dentre outros tipos de família existentes atualmente. Assim, é mais propício falar em famílias e não num único modelo específico de família (GOMES, 1994).

Família e escola deveria ser ponto de apoio e sustentação ao ser humano, sendo marcos de referência existencial. Quanto melhor for a parceria entre ambas, mais positivos e significativos serão os resultados na formação do cidadão.

Atualmente, é no cenário da organização escolar que as modificações na área educacional podem se implantar e se desenvolver, criando, através de uma gestão escolar democrática e participativa, condições organizacionais para que toda comunidade escolar tenha a oportunidade de sugerir e opinar sobre as melhores formas de trabalho para o ambiente educacional.

Segundo Dias (2004) houve época em que a escola podia se fechar para a comunidade e, ainda assim, continuar funcionando com razoável grau de aceitação. Era uma época em que a escola constituía-se em uma instituição isolada, em que os professores recusavam o diálogo com os pais de alunos, por entenderem que a presença deles na escola servia para tumultuar os trabalhos, sem nada trazer de positivo.

A educação é tarefa de todos, ou seja, governo, família, sociedade e é necessária a presença da sociedade organizada na escola, participando e acompanhando seus resultados.

Segundo Gentilini (2001a) a escola ainda não possui a autonomia que tanto é esperada, sendo que tanto esse processo como o de descentralização ainda se encontra em fase de construção, tendo em vista o atual contexto social e político do país.

Portanto, as transformações no mundo contemporâneo, transcorridas as últimas décadas do século XX, desencadearam processos irreversíveis de mudança em todas as áreas, inclusive, na educação, sendo a América Latina fortemente afetada.

Nesse cenário, com as reformas educacionais, surge a necessidade de implementação efetiva da gestão democrática escolar como um processo de participação dos diversos segmentos da sociedade na apresentação e decisão de propostas para o funcionamento efetivo da administração das políticas públicas e, também, como forma de contribuição para a democratização do ensino.

Falar, portanto, em democratização do ensino remete-se à reflexão acerca do envolvimento e participação da comunidade – sociedade e comunidade escolar nas questões que envolvem a educação e não somente no discurso de que todos têm o direito de acesso à educação formal (ensinos fundamental e médio) conforme distam alguns documentos solenes como a C.F. (Constituição Federal) e as LDBEN (Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional).

O acesso à escola para todas as pessoas é um direito que deve ser respeitado; todavia a democratização do ensino também deve ocorrer através da criação de mecanismos que proporcione um ensino de qualidade.

Pensando em política educacional, ações pontuais voltadas para maior eficiência e eficácia do processo de aprendizagem, da gestão escolar e da aplicação de recursos são insuficientes para caracterizar uma alteração da função política desse setor.

Portanto, as políticas públicas e, em especial, as educacionais podem ser implementadas e articuladas a partir da ótica democrática e participativa, visando-se obter o real exercício da cidadania, pois partindo dessa premissa, as decisões acerca das questões educacionais não estariam sendo pautadas e elaboradas somente através das decisões do Estado (e de seus órgãos), mas também através da contribuição de toda sociedade, num momento histórico determinado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender a educação como uma prática social adquire especial importância num contexto que toma consciência da necessidade de superação da apartheid social que atinge milhões de cidadãos brasileiros. É necessário pensar num projeto nacional amplo de atendimento às condições mínimas e básicas para o crescimento simultâneo das pessoas e do país e que seja, ainda, desenvolvido democraticamente e articulado com a sociedade política e a sociedade civil.

As instituições escola e família são frutos da sociedade que, por meio delas, educa, socializa e civiliza os cidadãos em prol de seu desenvolvimento. Como produções sociais, tanto a escola como a família, são instituições educativas e sofrem, constantemente, modificações de acordo com as finalidades e exigências do contexto socioeconômico, político e cultural que as produzem.

A escola pode ser considerada ambígua. Por um lado pode se apresentar como uma instituição que apenas repassa e reproduz conteúdos e conhecimentos, seguindo aos padrões e modelos pré-estabelecidos, em muitas vezes, de injustas estruturas sociais.

Por outro lado, é uma realidade em movimento por estar inserida num contexto de conflitos, correlação de forças, contexto de contradições e diferenças.

A busca constante pela ampliação das relações sociais, numa perspectiva de educação para a cidadania, contribui com o processo de transformação social, uma vez que a realidade é dinâmica e a busca pela superação e ampliação dos horizontes educacionais pode ser norteada também pela construção e reconstrução do cotidiano escolar.

A escola pode ainda, ser entendida como espaço de respeito às diversidades socioculturais, ultrapassando e superando ao que está posto, além de proporcionar estímulo à reflexão dos alunos, com vistas ao processo de emancipação social e utilizando-se da práxis educacional, onde teoria e prática se correlacionem e se transformem.

A partir de uma tomada de posição pela democracia, a escola pode ser uma agência de desbarbarização e de espaço aberto à superação dos conflitos de ordens sócio-políticos e culturais, vislumbrando um cotidiano de evolução educacional e ético-político, onde, por exemplo, a função social da escola, acerca da contribuição para a formação e desenvolvimento global do aluno, seja realmente efetivada.

A tentativa de superação da barbárie é decisiva para o desenvolvimento da humanidade, não cabendo ao homem o papel de mero instrumento obediente da ordem vigente ou a conversão deles em seres inofensivos e passivos. Ao contrário, esta passividade inofensiva constitui, provavelmente, apenas uma forma da barbárie, na medida que está pronta para contemplar o horror e se omitir no momento decisivo (ADORNO, 1995).

Para se pensar um Brasil democrático e desenvolvido é preciso, entre outros aspectos, que haja uma abertura real no governo, mas também nas escolas para se conseguir a participação efetiva de todos os segmentos da sociedade. É necessário incentivar já na escola, a cultura de participação social, para que se possa preparar os alunos - cidadãos - para o pleno desenvolvimento de seus potenciais individuais, sociais e de consciência política e de coletividade.

Ao ser propiciada a abertura na escola para a participação mais efetiva dos pais e da comunidade em geral, a escola caminha rumo ao seu desenvolvimento coletivo o que pode contribuir, efetivamente, para melhores condições acerca da qualidade de ensino.

No processo de participação os professores, os alunos e toda a comunidade escolar estão envolvidos com as questões da escola e, conseqüentemente, contribui para melhores condições sobre a existência de um ensino de qualidade e da gestão democrática da escola, pois as decisões e escolhas, enfim, os caminhos a serem trilhados, não ficam somente sob a responsabilidade e decisão de um grupo minoritário de pessoas envolvidas com a educação.

Porém, a prática da participação no processo de gestão da escola, por si só, não esgota as ações necessárias para que seja assegurada a qualidade de ensino. Tanto quanto os vários elementos do processo organizacional, e como um dos elementos deste, o processo de interação escola e família é um meio de alcançar melhor e mais democraticamente os objetivos da escola, que se centram na qualidade dos processos de ensino e aprendizagem.

Contudo, as discussões sejam em torno da gestão educacional ou da gestão escolar mais especificamente, continuarão, indefinidamente, porque as questões que perpassam a educação são constantemente desafiadoras e devem ser vistas e entendidas dinamicamente.

REFERÊNCIAS

ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. (Trad. De Wolfgang Leo Maar), Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988**. Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/IMESP, São Paulo, 1988.

BUFFA, E.; ARROYO, M. G. e NOSELLA, P. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** 4ª ed. São Paulo: Cortez. 1993 (Coleção questões da nossa época; v. 19).

DIAS, J. A. Gestão democrática da escola. In: Vários autores. **Educação básica: políticas, legislação e gestão – leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

GENTILINI, J. A. Gestão educacional na transição para o século XXI: algumas (pretensivas) reflexões. In: **Cadernos de Educação**. Laboratório Editorial da FCL. Araraquara, v. 2, jul./dez. 2001, p. 115-125.

GODOY, A. C. de S. Gestão escolar e prática reflexiva. In: BELOTTO, A. A. M.; RIVERO, C. M. da L; GONSALVES, E. P. (Org.). **Interfaces da gestão escolar**. Campinas: Alínea, 1999.

GOMES, J. V. **Socialização primária: tarefa familiar?** Cadernos de Pesquisa, nº 91, 1994.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. Goiânia: Alternativa, 2001.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PARO, V. H. **Qualidade de ensino:** a contribuição dos pais. São Paulo: Xamã, 2000.

SCHNECKENBERG, M. A relação entre política pública de reforma educacional e a gestão do cotidiano escolar. In: _____ **Revista em Aberto:** Gestão Escolar e Formação de Gestores, n. 72, v.17, MEC, INEP, junho de 2000, p. 97-132.

VIEIRA, S. L. (Org.). **Gestão da escola:** desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

ZAGO, N. Realidades sociais e escolares e dinâmicas familiares nos meios populares. **Paidéia**, Ribeirão Preto, nº 14/15, p. 63-73, fev/ago, 1998.